



# Anais da Assembléia

N.º 67

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Otássio Pereira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sanpaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpeolini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer após ouvido o Plenário, seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei número 66/76, que eleva de nove (09) para quinze (15) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo desta Casa ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, encarecendo extrema urgência na liquidação das desapropriações verificadas por necessidade de duplicação da rodovia BR-277, no trecho CURITIBA — CAMPO LARGO.

Requeiro outrossim, seja solicitado do DNER informações sobre os critérios (preço, condições de pagamento e processamento burocrático) adotados para a efetivação dos acertos das desapropriações.

É do conhecimento deste Deputado, Sr. Presidente, que inconcebível problema social está ocorrendo nessa área, em razão do DNER segundo informações, estar usando pesos e medidas divergentes para processar os devidos acertos com os proprietários dos lotes desapropriados, bem como, o excessivo e

pernicioso trâmite burocrático está prejudicando a nossa gente.

É indispensável, por exigência humanística e constitucional, que o DNER atenda o apelo pretendido.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz, hoje, a esta tribuna, é o problema viário da região a que pertencemos.

Estamos neste instante solicitando a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, o asfaltamento da estrada que liga Telêmaco Borba a Curiuva e às Minas de Carvão.

Como sabem V. Exas., aquela região, a região carbonífera de nosso Estado, em virtude do tráfego intenso de caminhões, carregando carvão, da região das minas de Curiuva e Figueira, para Telêmaco Borba, trazendo conseqüentemente grandes benefícios em divisas e ICM para o Paraná, e Brasil, necessita asfaltamento de sua estrada.

Assim, encaminhamos à Mesa neste instante o seguinte requerimento. (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, um apelo no sentido do asfaltamento do trecho de estrada que liga FIGUEIRA a TELÊMACO BORBA, pelo qual se faz o escoamento de toda a produção agrícola e carbonífera das regiões limítrofes, reduzindo os custos e proporcionando segurança ao transporte de todos quantos transitam pela referida rodovia.

Destaque-se além dos referidos benefícios, a inclusão de CURIÚVA nesse eixo viário, o que lhe permitirá intensificar os contatos comerciais, industriais e culturais, com o restante do Estado, em termos de rapidez e eficiência.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1976”.

É este o requerimento, apelando ao Sr. Secretário de Transporte, ao Sr. Governador do Estado, para a necessidade daquele asfaltamento. Sabemos perfeitamente que o Governador Jayme Canet, chamado de “Governador das Rodovias”, irá atender aquele povo sofrido da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na próxima terça-feira esta Casa, representada por uma Comissão de Deputados, estará em Brasília, em audiência com S. Exa. o Sr. Ministro de Educação, Ney Amintas de Barros Braga, em nome deste Estado, nos posicionarmos em termos de educação universitária, em termos de classe universitária, e principalmente, visando trazer as atenções do Governo Federal ao Estado do Paraná.

Nestas condições, Sr. Presidente, elaboramos um requerimento, no qual pedimos que este Plenário envie, através da Mesa Executiva, cópia ao Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel e ao Exmo. Sr. Ministro de Educação, Ney Braga, os seguintes considerandos:

“Senhor Presidente.

No uso de suas prerrogativas constitucionais, o Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja enviado ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Educação, as seguintes ponderações:

- a) O ano de 1976 considerado eminentemente político, caracteriza-se pelas disputas no âmbito municipal;
- b) Sendo o Sr. Presidente e o Sr. Ministro filiados ao Partido da ARENA, e portanto, identificados com os candidatos de sua agremiação política, sugerimos mesmo contra nossa posição representativa, um meio pelo qual poderiam essas duas autoridades darem melhores condições e meios aos seus correligionários de nosso Estado, dentro das limitações das leis vigentes.
- c) Existem no Paraná três Universidades: Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde a administração do poder público é da ARENA, Universidade Estadual de Maringá, onde o poder público é do MDB e a Universidade Estadual de Londrina na qual o poder público também é o MDB.

d) Das mais importantes solicitações ao Ministério da Educação, em termos de Paraná, isto é, pedidos do próprio Governador, dos políticos, das classes de representações, enfim do povo sem coloração partidária é a **FEDERALIZAÇÃO** das nossas Universidades.

e) Reconhecemos o esforço desenvolvido pelo Governo Federal no que tange à administração do país em diversos setores, entendemos quando o Sr. Presidente fala em termos de partido político, aceitamos até em parte as suas ponderações, mas nesse, identificamos uma medida a ser tomada que seria de grande valia para seus correligionários, pois com a federalização das três Universidades teríamos no Paraná a presença que tiveram e que nós admiramos nossos estados co-irmãos no que concerne ao ensino universitário.

f) Ponta Grossa, Londrina, Maringá, representaria ao Partido da situação uma das maiores conquistas políticas, pois se continuar o estado atual, desta vez, mais uma a uma das principais cidades desse Estado, Ponta Grossa, irá compor as administrações do MDB por falta de meios à situação defender sua hegemonia.

g) Sentindo o alto espírito democrático do Sr. Presidente, notando o grande interesse político do Sr. Ministro no Estado do Paraná, e auxiliando a administração do Sr. Governador, os Deputados estaduais dessa Casa cumpriram as maneiras aos seus alcances e esperam uma compreensão dessas mais altas autoridades da Nação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1976".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos chegando no momento em que o turismo interno deve, ser estimulado, para que o ser humano, que vive nas grandes cidades, possa, através de visita a lugares diferentes, ter condições de vencer o "stress" que lhe toma conta de muitos que vivendo nos blocos de concreto e transitando nas ruas congestionadas.

Temos próximo a Curitiba, um ponto turístico que tem atraído milhares de pessoas de vários Estados do Brasil, que é Vila Velha.

Outras regiões, entretanto, devem ser objeto de projetos especiais com vista à permanência de turistas na cidade de Curitiba, dando condições de funcionamento normal à nossa rede hoteleira.

Dentre as regiões que poderiam ser aproveitadas, destacamos a de Porto Amazonas, que foi importante na época do transporte fluvial da madeira e do mate e que se encontra localizado a poucos quilômetros da cidade de Curitiba, ligado por rodovia asfaltada, faltando 15 km a serem asfaltados.

Por outro lado, é possível, também, o acesso por ferrovia, o que, indiscutivelmente, serve de atrativo para aqueles que se dispõem a encontrar, no contato com a natureza, o refrigerio.

Por isso, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, nesta oportunidade, propomos o seguinte requerimento. (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à PARANATUR — Empresa Paranaense de Turismo, solicitando estudos sobre a viabilidade de aproveitamento turístico do Rio Iguaçu, desde a sede do Município de Porto Amazonas, a partir da qual é navegável, considerando a facilidade de acesso, notadamente aos milhares de habitantes da região metropolitana de Curitiba, e os atrativos naturais que se sucedem às margens da importante corrente d'água.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1976".

Era o que trouxe à tribuna. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 201/75, que dá nova redação e acrescenta incisos à alínea "C" do Artigo 1.º da Resolução 09/67, de 07/06/76. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 201/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — A alínea C, do Artigo 1º da Resolução 09/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c" — 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — Os trinta (30) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

II — Aos líderes de bancadas, é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

III — Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

IV — À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09/06/76.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 43/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Conselheiro Mairink, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido Município. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo

do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/76

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 45/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Itajepara do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar, "Nereu Ramos", Delegacia de Cadeia e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de Itajepara do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nereu Ramos, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/76

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 183/75, que declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Universitária Estadual de Londrina. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 183/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, da Fundação Universitária Estadual de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/76

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 20/76, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, A.P.M.I., com sede na cidade de Tomazina. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 20/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede na cidade de Tomazina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/76

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 21/76, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, com sede no Município de Cascavel. — **Aprovado**

#### PROJETO DE LEI Nº 21/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ — AMOP, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/76

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei 66/76. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao DNER, encarecendo urgência na liquidação das desapropriações verificadas por necessidade da duplicação da rodovia BR-277, no trecho Curitiba - Campo Largo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja estudada a possibilidade do asfaltamento da estrada que liga Figueira a Telêmaco Borba — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação, enviando diversas ponderações sobre administração de universidades do interior do Estado, bem como a federalização das mesmas. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Está V. Exa. com a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com bastante atenção o pronunciamento e o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk. É pena que em nossa bancada nesta manhã, não se encontre seu líder nem seu vice-líder.

Mas me permitira, em nome da mesma, dizer que dêem apoio ao requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, visto que, não é para nós novidade que esse Deputado quando pleiteia algo, requer alguma coisa ou discute da tribuna, ele sempre procura trazer coisas boas, coisas úteis à população do Estado do Paraná. E principalmente nesse requerimento, quando pede ao Governo Federal e ao Ministro da Educação a federalização das faculdades de Londrina, Ponta Grossa e Maringá.

Portanto, Deputado Luiz Carlos Zuk, meus parabéns pela vossa iniciativa e conte com nosso apoio ao vosso requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Continua em votação o requerimento. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do S. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à PARANATUR, no sentido de que sejam efetuados estudos sobre a viabilidade de aproveitamento turístico do rio Iguaçu, desde o município de Porto Amazonas a partir da qual é navegável. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimetal, com a seguinte ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 46/76, 47/76, e de Lei 29/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 04/76, 05/76, 06/76, 07/76, 08/76, 09/76, 49/76 e de Lei 46/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 50/76, 51/76 e de Lei número 19/76.

# RESOLUÇÕES

## RESOLUÇÃO Nº 41/76

DATA: 28 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 42/76

DATA: 28 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Matelândia, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual “Euclides da Cunha”, Grupo Escolar “D. Pedro II”, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Matelândia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, o Grupo Escolar D. Pedro II, a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 43/76

DATA: 28 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 44/76

DATA: 04 de junho de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 04/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 45/76

DATA: 11 de junho de 1976.

SÚMULA: Dá nova redação e acrescenta incisos, à alínea “C” do Artigo 1º, da Resolução nº 09/67, de 07/06/67.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — A alínea “c”, do artigo 1º, da Resolução nº 09/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“c” — 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — Os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

II — Aos líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

III — Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

IV — À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores”.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 11/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 46/76

DATA: 11 de junho de 1976.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 47/76

DATA: 11 de junho de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Nereu Ramos", Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nereu Ramos, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11/06/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

## ATAS DAS COMISSÕES:

## COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
TERMO DE ATA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, após a Sessão Plenária, compareceu o Senhor Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Quielse Crisóstomo e o Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado. Como não houvesse número legal, o Senhor Presidente suspendeu a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu Terezinha B. de Moura e

Claro, lavrei o presente Termo de Ata, que será assinado pelo Senhor Presidente, Quielse Crisóstomo e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Luiz Carlos Zuk e Edilson Alencar. Como na da constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 19/76, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 41/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo 2º do Art. 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável com substitutivo. APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 35/76, de autoria do Senhor Deputado Lúcio Machado, que transfere ao Departamento de Estrada e Rodagem que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal com a sede do município de Abatiá. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável — APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 44/76, de autoria do Senhor Deputado Enéas Faria, que assegura gratuidade aos filhos de ex-combatentes, civis e militares nos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 50/76, de autoria do Senhor Deputado Fidélcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques-Capanema, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 52/76, de autoria do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo, construir um prédio de alvenaria, para sediar um Grupo Escolar nos bairros residenciais denominados Jardim Itamarati e Jardim Planalto, na cidade de Maringá. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que atribui ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

# COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O TRÂNSITO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se os Senhores Deputados MAURÍCIO FRUET, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, DENI SCHWARTZ, EZEQUIAS LOSSO e ALFREDO GULIN, com o fim de procederem à instalação e eleição do Presidente, de acôrdo com o que determina o Regimento Interno, o Senhor Deputado ALFREDO GULIN, assumiu a Presidência dos trabalhos e em seguida anunciou a eleição do Presidente da referida Comissão. Verificando o sufrágio, constatou-se a maioria de votos, para o Senhor Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA para Presidente e para Vice-Presidente o Senhor Deputado ALFREDO GULIN. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Presidente agradeceu a preferência de seus nobres pares, designando para Relator da matéria o Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, para exercer a função de Secretário, o funcionário LÓRIS CORDEIRO DE BARROS. Em seguida o Senhor Presidente determinou que as reuniões serão reslizadas de acôrdo com a necessidade da matéria, já marcando reunião para o dia 16 de junho próximo, às 16,00 horas, sugerindo aos Senhores Deputados ALFREDO GULIN e MAURÍCIO FRUET, a convidarem as autoridades ligadas ao setor, como o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba e o Exmo. Sr. Diretor do Detran, para assistirem a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para constar lavrei a presente ATA, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Membros e por mim Secretário.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	Presidente
ALFREDO GULIN	Vice-Presidente
MAURÍCIO FRUET	Relator
DENI SCHWARTZ	Membro
EZEQUIAS LOSSO	Membro
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS	Secretário

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO "PINHEIRÃO"

Aos vinte e seis dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, esteve reunida na Sala das Pequenas Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Especial do "Pinheirão", conforme convocação efetuada em reunião anterior. Contando com a participação dos senhores Deputados: LUIZ CARLOS ZUK, NILSO SGUAREZI, ACCIOLY NETO, JURANDIR MESSIAS e ADALBERTO DAROS, havendo, portanto, número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, designando o Sr. Secretário para a leitura da Ata anterior, que foi lida e aprovada. Immediatamente o Sr. Presidente apresentou aos presentes o Sr. Haroldo Alberge, Diretor-Financeiro da Federação Paranaense de Futebol, convidado da reunião, conforme o estabelecido na sessão efetuada no dia 19 próximo passado. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Haroldo Alberge que de imediato explicou aos presentes fatos acontecidos na F.P.F., no seu setor, sendo estas declarações datilografadas e apensas a esta Ata. Após o depoimento do convidado, o Sr. Presidente, após agradecer o comparecimento do mesmo, colocou em pauta a convocação de novos convidados à Comissão, ficando estipulado de comum acordo pelos presentes que para os próximos dias primeiro, 2 e 3 de junho seriam convidados os senhores ONADIR DE MATTOS, ex-diretor financeiro da COCEP, Srs. ARNO MUKKER e o Sr. Engenheiro Fiscal da COCEP e o Sr. Diretor da firma CESBE, respectivamente, Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião marcando outra para o dia de amanhã, no mesmo horário

e local, eu, Secretário da Comissão, confeccionei a presente Ara, para que surta os efeitos legais, que vai assinada pelo senhor Presidente e por mim.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

(aa) NILSO SGUAREZI	Presidente
ENIO S. MALHEIROS	Secretário

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO "PINHEIRÃO"

Aos vinte e sete dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, esteve reunida na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Especial do "pinheirão", conforme convocação efetuada em sessão anterior. Contanto com a participação dos senhores Deputados: NILSO SGUAREZI, ACCIOLY NETO, JORGE SATO, LUIZ CARLOS ZUK e ADALBERTO DAROS, havendo, portanto, número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, designando o Sr. Secretário para leitura da Ata anterior, que foi lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou aos presentes o Sr. CELSO DA COSTA SABOIA, Diretor-Superintendente do Banco do Estado do Paraná, que de imediato ocupou a palavra, expondo todos os detalhes da dívida da Federação Paranaense de Futebol para com o citado estabelecimento bancário e esclareceu, que, para não ferir o sigilo bancário, a documentação aos arquivos da C.E.P., deveriam ser requisitados através da FPF, como parte interessada. Todo o depoimento do Sr. CELSO DA COSTA SABOIA segue em anexo a esta Ata. Durante os debates foi permitido, pela Presidência, a participação do jornalista MILTON IVAN HELLER, da Revista Placar, que formulou perguntas ao entrevistado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e, após agradecer a presença do Sr. CELSO SABOIA, marcou nova sessão da C.E.P. para o dia primeiro de junho, e, para que surta os efeitos legais, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim. .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

(aa) NILSO SGUAREZI	Presidente
ENIO S. MALHEIROS	Secretário

## COMISSÃO DE REDAÇÃO OITAVA LEGISLATURA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de hum mil e novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado FRANCISCO ESCORSIN apresentou redação final ao Projeto de Resolução 201/75, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação e acrescenta incisos, à alínea C, do artigo primeiro, da Resolução 9/67, de 07 de junho de 1967, e dá outras providências.— A P R O V A D A. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.x.x.x.x.x.x.x.x.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO	Presidente
LÉLIO G. SOTTO-MAIOR	Secretário

## COMISSÃO DE REDAÇÃO OITAVA LEGISLATURA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA



Aos sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSO, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado LINEU TURRA apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 183/75 - de autoria do deputado OSVALDO MACEDO, que declara de utilidade pública o Diretório dos Estudantes, da Fundação Unviersidade Estadual de Londrina. PROJETO DE LEI 20/76 - de autoria do deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede em Tomazina. PROJETO DE LEI 21/76 - de autoria do deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMBP, com sede na cidade de Cascavel. - PROJETO DE RESOLUÇÃO 43/76 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-proposição 15/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Conselheiro Mairinck, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido Município. - PROJETO DE RESOLUÇÃO 45/76 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 24/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Itapejara do Oeste, visando a execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido Município. A P R O V A D A S. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSO Presidente  
LÉLIO G. SOTTO-MAIOR Secretário

**CPI - PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 08 DE JUNHO DE 1976.**

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia oito de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, administração direta e indireta, com divulgação e publicidade. Aberta a reunião é aprovada a Ata da reunião anterior, sem observações. O senhor Presidente solicita a leitura do expediente do Exmo. Sr. Governador do Estado em que acusa o recebimento do ofício CPI-05/76 e comunica que determinou providências para enviar, com urgência, os materiais solicitados à Comissão. A seguir o senhor Presidente comunica a presença do Senhor Antônio Luiz de Freitas, que na qualidade de Sub-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado e de conformidade com a convocação expedida irá depor sobre assuntos a que se propôs esta Comissão. Em seguida, após prestar o compromisso legal, o depoente discorre acerca dos assuntos relacionados no requerimento que deu origem a esta CPI e ao finalizar coloca-se à disposição dos senhores Deputados que desejarem fazer

perguntas. Finda a explanação, o depoente é inquerido pelos Senhores Deputados Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos, Nilzo Sguarezi, Waldenício Barbalho e Ivo Thomazoni, este em forma de apartes aos senhores deputados que fazem as indagações. O Senhor Presidente no decurso das interrogações suspende a sessão por dez minutos para que o depoente possa ter alguns momentos de folga. Reaberta a reunião, o Senhor Presidente comunica que determinou a convocação dos Senhores Ayrton Luiz Baptista para o dia 15; o senhor Renato Schaitza para o dia 16; o senhor Antônio Brunetti para o dia 22 e o senhor Lindolfo Luiz da Silva para o dia 23 do corrente, todos com início às 9,00 horas. Pela ordem, o senhor Deputado Fidelcino Tolentino pergunta se poderia, apesar de não se achar inscrito, fazer algumas interrogações ao depoente. Pela ordem, ainda, o senhor Deputado Trajano Bastos, levanta a questão de ordem porque a Presidência inverteu a ordem de convocação dos depoentes. Respondendo as indagações, o Senhor Presidente responde que, apesar de ser norma que os deputados que desejam fazer inquirições devem apor seus nomes na "Lista de Inscrições", que se acha sobre a mesa, mas por liberalidade concede a palavra ao deputado Fidelcino Tolentino. Quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Trajano Bastos, o Senhor Presidente responde, que de acordo com o artigo sétimo, do Roteiro aprovado por esta Comissão, cabe ao Presidente ordenar os trabalhos e justifica a mudança de ordem de convocações, porque o senhor Lindolfo Luiz da Silva reside fora da Capital e há maior dificuldade de comunicação e não deseja que os trabalhos da CPI sofram solução de continuidade. Pela ordem, o senhor Deputado Deni Lineu Schwartz solicita que constadas notas taquígrafas e sua afirmação de que existe "censura prévia" em alguns órgãos da Imprensa Nacional. O Senhor Presidente defere. Ainda o Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz faz um requerimento verbal para que sejam encaminhadas a esta CPI todas as fitas gravadas dos programas "Paraná em Marcha". Posta em discussão a proposição, o Senhor Deputado Basílio Zanusso pede a palavra para observar de que esta é uma Reunião Extraordinária e que o requerimento fosse votado na reunião do dia 09 do corrente. A observação é aceita e o Senhor Presidente solicita que o mesmo seja feito por escrito. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Antônio Luiz de Freitas, encerrando a presente reunião e convocando outra para amanhã, dia 09 do corrente, às 9,00 horas, para ouvir o depoimento do senhor Divonei Machado de Campos. Da referida reunião, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

**CPI - PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE JUNHO DE 1976.**

Às nove horas e quarenta minutos do dia quinze de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, João Leopoldo Jacomel, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com publicidade e Divulgação. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a presente reunião. A Ata da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
OITAVA LEGISLATURA  
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA  
REUNIÃO ORDINÁRIA

Governo do Estado e o Município de Medianeira, para fins que especifica. Distribuído ao Deputado Deni Schwartz, em 8.6.76. 9).— PROPOSIÇÃO 193/76, do Poder Executivo. Mensagem 53/76, cópia de convênio entre o Governo do Estado e o Município de Realiza, para fins que especifica. Distribuído ao Deputado Lineu Turra, em 8.6.76.— A seguir a ORDEM DO DIA: 1).— PROJETO DE LEI 14/76, do deputado Maurício Fruet. Autoriza o Poder Executivo denominar de Júlio Maria Pedroso de Moraes, um prédio público estadual localizado no Município de Curitiba. Relator Deputado Nilso Sguarezi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI 59/76, do Poder Executivo. Mensagem 46/76 encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório para o Governo do Estado lavrar convênio com o Estado de São Paulo, para eleger Juízo Arbitral para dirimir controvérsias sobre seus limites, como mediador do Exmo. Senhor Presidente da República. Relator Deputado Ezequias Losso. Voto em separado do Deputado Adalberto Daros. O Sr. Presidente esclarece que atendendo solicitação da Comissão Especial para Estudos das Divisas entre Paraná e São Paulo, encaminhará o processo em apreço à citada Comissão, e após o seu retorno será apreciado o Parecer desta Comissão.— 3).— PROJETO DE LEI 60/76, do Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Mandaguari. Relator Deputado: Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4).— PROJETO DE LEI 61/76, do Deputado David Federmann. Conta o tempo de serviço prestado à iniciativa privado, por funcionário público estável, em empresa filiada ao sistema previdenciário. Relator Deputado Ezequias Losso. Requer seja convertido em diligência junto a Secção de Fichário da Divisão das Comissões, a fim de esclarecer a existência de outros projetos no mesmo teor. Deferido. 5).— PROJETO DE LEI 64/76, do Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública a Casa Mater-Beneficência de Abrigo ao Menor - com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6).— PROJETO DE LEI 67/76, do Deputado Otássio Pereira. Cria o Município de Perobal, com território desmembrado do Município de Umuarama, sede e divisas que especifica. Relator Deputado: Dácio Leonel. Requer seja convertido em diligência junto ao seu Autor, a fim de anexar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 7).— PROPOSIÇÃO 186/76, do Poder Executivo. Ofício 67/76, encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei 72/76, do Deputado Ficeldino Tolentino. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, a estrada que liga o Município de Capitão Leônidas Marques, à Casvavel. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL ao Veto. Aprovado. 8).— PROPOSIÇÃO 187/76, do Poder Executivo. Ofício 68/76, encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei 104/75, do Deputado Accioly Neto. Dispõe sobre a privatividade dos Despachantes de Trânsito na mediação das relações entre o contribuinte e o Detran, e dá outras providências. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL ao Veto. Em discussão e votação nominal. REJEITADO o Parecer. Voto vencido do Sr. Deputado Dácio Leonel. Aprovado parecer contrário ao Veto, designado o Sr. Deputado Deni Schwartz, para emitir parecer por escrito. 9).— PROPOSIÇÃO 188/76, do Poder Executivo. Ofício 69/76, encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei 290/73, do Deputado Maurício Fruet. Estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, Vila de Varzeão. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer: FAVORÁVEL ao Veto. Aprovado. 10).— PROPOSIÇÃO 189/76, do Poder Executivo. Ofício 70/76, encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei 62/75, do Dep. Muggiati Filho. Dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais, e dá outras providências. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL ao Veto. Aprovado. Nada mais havendo a tratar



o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei apresente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto e pelos Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.x.x.x.x.x.

**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO  
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR  
AS DESPESAS DO GOVERNO DO ESTADO,  
INCLUSIVE AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE  
ECONOMIAS MISTAS E EMPRESAS PÚBLICAS,  
COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE**

Às dezessete horas do dia vinte de maio de hum mil e novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro" e presentes os senhores deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Dácio Leonel de Quadros e Werner Wanderer, indicados pela liderança da Arena e Deni Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, indicados pela liderança do MDB, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas do Governo, inclusive autarquias e sociedades de economias mistas e empresas públicas, com divulgação e publicidade. De acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, assume a presidência o Sr. Deputado Waldenício Barbalho. Usando da palavra, pela ordem, o deputado Trajano Bastos pergunta se a Comissão adotará para a eleição do Presidente e Relator Geral o mesmo critério que segue a Câmara dos Deputados, qual seja que um dos cargos deve ser preenchido pelo autor do requerimento. A pergunta foi debatida pelos senhores deputados Ivo Thomazoni, dizendo que o nosso Regimento Interno não prevê tal critério, ao passo que o deputado Deni Schwartz diz que em caso de prevalecer tal norma, abrirá mão de qualquer dos cargos em favor do deputado Waldenício Barbalho e argumenta sobre a necessidade de seguirmos algum critério. Com a palavra pela ordem, o deputado Basílio Zanusso indica o Deputado Dácio Leonel de Quadros para a Presidência da Comissão. Em seguida procedeu-se a eleição do Vice-Presidente que coube ao deputado Werner Wanderer pois os Senhores deputados, indicados pelo MDB, não aceitam a cargo, tendo em vista que não se adota nenhum critério para a eleição. O senhor Presidente proclama eleitos, o senhor Deputado Dácio Leonel para Presidente da Comissão, para Vice-Presidente o Senhor Deputado Werner Wanderer. O Senhor Presidente, Deputado Dácio Leonel de Quadros designa como Relator Geral da Comissão, o Senhor Deputado Ivo Thomazoni e designa ainda o funcionário desta Assembléia Legislativa, senhor Francisco Dranka, para, sem prejuízo de suas atuais funções e atribuições na Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços, servir como Secretário Geral desta Comissão. O Senhor Presidente convoca a próxima reunião para o dia 26 próximo, às 9,00 horas para começar os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente, após agradecer a honra que lhe foi conferida pelos seus nobres pares, para presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito, declara encerrada a presente sessão de Instalação, da qual, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

**CPI – PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS**

**PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO  
DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO  
E PUBLICIDADE.**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA  
09 DE JUNHO DE 1976.**

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Deputado Dácio Leonel de Quadros e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com Divulgação e Publicidade. Aberta a reunião é aprovada a Ata da Reunião anterior sem observações. O Senhor Presidente solicita ao Senhor Secretário a leitura do Requerimento do Deputado Deni Lineu Schwartz em que solicita da Presidência o envio de expediente à Sub-Chefia da Casa Civil para que esta envie à CPI todas as fitas gravadas do programa "Paraná em Marcha". O requerimento é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente registra presença do Senhor Divonei Machado de Campos, mas antes comunica as seguintes normas de trabalho que integrarão o Roteiro aprovado pela CPI; Fica estabelecido como norma dos trabalhos da Comissão e que os Srs. Deputados que pretenderem inquirir as testemunhas ou depoentes, deverão inscrever-se, na abertura dos trabalhos, junto à Secretaria da Comissão, até o início das inquirições, após o que não serão aceitas mais inscrições. Fica ainda estabelecido que não serão permitidos apartes, por ocasião das inquirições, podendo usar da palavra somente o deputado inscrito. A seguir o Sr. Presidente convida o Senhor Divonei Machado de Campos a prestar juramento e concede-lhe a palavra. O depoente discorreu sobre os Assuntos relacionados com o Requerimento que deu origem a esta CPI e colocou-se à disposição dos senhores deputados que desejassem inquiri-lo. Na "Lista de Inscrições", apuseram seus nomes os deputados Ivo Thomazoni, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Enéas Faria. Após as perguntas feitas pelos Srs. Deputados inscritos, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, pela ordem, solicita que lhe seja facultado fazer algumas indagações. A Presidência, tendo em vista que as normas foram fixadas nesta data, concede-lhe a palavra. Findas as indagações, o Sr. Deputado Trajano Bastos encaminha à Mesa Requerimento solicitando que a Presidência expessa ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças para que este informe à CPI, se o Banco do Estado do Paraná S.A. pagou, com recursos próprios, a Edição de "Paraná, Terra de Todas as Gentes" e qual foi o montante. Após debata a matéria foi aprovada por unanimidade, com a observação de que toda proposição, objeto de deliberação deve ser votada, conforme normas traçadas por esta CPI, no início das sessões ordinárias. O Senhor Presidente agradece a presença do jornalista Divonei Machado de Campos e encerra a presente reunião, convocando outra extraordinária, para o próximo dia 15, quando será ouvido o jornalista Ayrton Baptista, Da presentereunião, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.x.x.x.x.x.x.x.x.